

ATUAÇÃO DO(A) PSICÓLOGO(A) NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA CONJUGAL

INGRID MOURA DIAS¹; MIRIAM CRISTIANE ALVES²

¹*Universidade Federal de Pelotas – ingrid.mrds@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – oba.olorioba@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A violência doméstica foi tipificada a partir da Lei n. 10.886 (BRASIL, 2004), que a define como qualquer lesão ocorrida em âmbito domiciliar, sendo praticada por um parente ou pessoa de convívio íntimo. Nesse cenário, no entanto, as mulheres são as mais atingidas por esse tipo de violência, tendo o marido ou namorado como o principal agressor (COSTA; SERAFIM; NASCIMENTO, 2015), dados estes que definem a violência conjugal como a principal forma de violência contra as mulheres. A violência de gênero é enaltecida pela cultivação da cultura patriarcal, onde o homem é tido como alguém superior e detentor de poder, enquanto a mulher, que é vista como propriedade, tem de adotar uma postura submissa e recatada, compactuando com a supremacia do homem no âmbito familiar (GOMES; BALESTERO; ROSA, 2016).

Com o intuito de criar ações e instrumentos que visam à desconstrução da cultura de gênero, ao empoderamento da mulher e ao atendimento humanizado nos serviços de assistência, foi criada a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011). Essa política estipula eixos estruturantes que guiam, dentre outras políticas, a organização dos serviços e das práticas profissionais nos locais de atendimento à mulher em situação de violência. Todavia, embora o(a) psicólogo(a) seja visto(a) como fundamental no enfrentamento à violência de gênero, não são todas diretrizes e normas de funcionamento que especificam a atuação desse(a) profissional perante os casos de violência conjugal (HANADA, 2007; SOUZA; SOUSA, 2015).

Assim, o presente trabalho possui o objetivo de identificar e compreender as práticas profissionais do(a) psicólogo(a) em serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência conjugal no município de Pelotas-RS.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual possuiu o objetivo de compreender o significado do fenômeno estudado a partir do entendimento das relações subjetivas entre sujeito e objeto de estudo (MINAYO, 2001). O projeto de trabalho de conclusão de curso intitulado “Psicologia e Violência Conjugal: atuação do psicólogo nos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência no município de Pelotas-RS” foi apresentado ao secretário municipal da Secretaria de Justiça Social e Cidadania e ao Cartório da Direção do Foro da Comarca, ambos no município de Pelotas. O Foro não aceitou colaborar com a pesquisa e a Secretaria se colocou como coparticipante. Tentou-se contato, ainda, com a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, sem sucesso.

Para coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. A análise de dados partiu da emergência de significados das narrativas, produzidas na relação entre pesquisadora e entrevistados(as), tendo como referência de análise dois eixos temáticos construídos a priori: 1) Serviços especializados de

atendimento à mulher em situação de violência; 2) Atuação do(a) Psicólogo(a) junto à mulher em situação de violência conjugal. Participaram da pesquisa três psicólogos distribuídos em duas instituições de atendimento à mulher em situação de violência do município de Pelotas-RS.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Centro da Mulher de Pelotas foi um dos serviços contribuintes para a pesquisa e, para o seu funcionamento, conta com uma assistente social e com três profissionais de psicologia, sendo uma a coordenadora. O Centro busca contribuir para a valorização do feminino na sociedade por meio da intervenção com as mulheres e familiares e mediante seminários e conferências dirigidos a outros serviços e à comunidade em geral. Já a Casa de Acolhida Luciety, o segundo serviço participante da pesquisa, foi criada para oferecer proteção às mulheres em situação de violência com risco de vida, mas outros objetivos, como reconstruir a autoestima, a autonomia e o fortalecimento dos vínculos familiares, também são visados para que elas possam ser reinseridas na sociedade.

Na entrevista com os psicólogos atuantes de ambos os locais, foi demonstrado que os principais objetivos referentes à prática psicológica dizem respeito ao fortalecimento da autonomia na mulher e, fundamentalmente, à desconstrução da cultura patriarcal que influencia nas dinâmicas do relacionamento abusivo. Assim, a primeira atenção no Centro da Mulher diz respeito a identificação da presença da violência conjugal, separando o que pode ser apenas um conflito pessoal de uma violência conforme a descrição da Lei Maria da Penha (MONTEIRO, 2012).

Não obstante, em Pelotas, a mulher tem a oportunidade de receber atendimento especializado em qualquer uma dessas situações, pois o fato de se sentir em situação de violência já é o suficiente para mobilizar o trabalho psicológico em busca da recuperação de seu bem-estar. Quando são identificados apenas conflitos conjugais cotidianos, a atuação psicológica vai ser no sentido de construir estratégias para que ela realize comportamentos específicos dentro da situação que podem alterar o modelo do relacionamento conjugal. Em contrapartida, caso seja identificada a existência da violência conjugal, o profissional deve trabalhar de maneira cuidadosa para não agravar o contexto em que a mulher se encontra. Nesse contato inicial, existe uma atenção, uma escuta ativa e um retorno por parte da(o) psicóloga(o) na intenção de fazer a mulher sentir-se mais aliviada, vislumbrando uma solução para a situação juntamente com o(a) profissional.

Nos casos de violência em que o risco não é alto, as(os) psicólogas(os) entrevistadas(os) têm o objetivo de fortalecer a autonomia e o protagonismo da mulher e fornecer recursos para que sua autoestima e tomada de decisões sejam recuperadas, estratégia concordante com as encontradas em outros serviços de enfrentamento à violência (HANADA, 2007; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP], 2012). Para que se alcancem esses objetivos, os(as) psicólogos(as) entrevistados(as) verificam formas de criar defesas nas usuárias. Uma dessas formas é desnaturalizando a violência: se ao longo do tempo presente no relacionamento abusivo a mulher acreditou que aquilo era merecedor ou natural, então se busca formar outra crença que naturalize as relações saudáveis, o respeito, e o valor da mulher em sociedade. Conforme as narrativas, o principal método de trabalho é por meio do rompimento de ideias fixas sobre papéis de gênero, questionando-se a maneira como são impostos pela sociedade e a cobrança que a mulher recebe para cumprir esses papéis. Essa atuação é

fundamental não só para o desenvolvimento de um caráter crítico nas usuárias, mas também para a mudança nos conceitos sociais que perpetuam a violência de gênero (HANADA, 2007; CFP, 2012).

Cabe à(ao) profissional de psicologia dos serviços da rede compreender todas as peculiaridades que envolvem a denúncia ou não do autor da opressão por parte da mulher, como descrito na literatura (TENÓRIO, 2012, apud MONTEIRO, 2012). Assim, são ponderados, juntamente com a usuária, os aspectos positivos e negativos do relacionamento e quais seriam as perdas e os ganhos na vida da mulher se houvesse o enfrentamento da situação de violência. Nenhum dos entrevistados que atendem as mulheres em situação de violência em Pelotas apresentou a possibilidade de denunciar o autor da agressão se esta não for a vontade da mulher. Dessa forma, ressalta-se que, ainda que exista uma dificuldade de auxiliar devidamente a mulher que opta por não fazer a denúncia, o profissional de psicologia só deve fazer a comunicação externa quando a vida da mulher ou de seus filhos correrem sério risco (CFP, 2016). Nesses casos, ainda, tenta-se afastar a mulher do ambiente hostil, o que é feito verificando as próprias capacidades dentro do limite da usuária e reconstruindo suas defesas. O afastamento físico pode ser feito indicando-a para a Casa de Acolhida.

Sobre o papel psicológico na Casa de Acolhida Luciety, entende-se que é voltado para a Psicologia Institucional, buscando, primordialmente, atender às demandas dos profissionais que trabalham no local e fazer com que reflitam a respeito dos temas envolvendo a violência de gênero e as dinâmicas nas relações abusivas. O foco é orientar, preparar e dar estrutura para os educadores da Casa. Essa atuação se assemelha à prática de psicólogos(as) em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (BRASIL, 2010) e demonstra a importância de trabalhar com a equipe para que se mantenha um equilíbrio emocional dos profissionais e o desenvolvimento de noções que qualifiquem o atendimento às usuárias (SOUZA; PIRES; SILVA, 2009).

4. CONCLUSÕES

Assim como encontrado na literatura e considerando as narrativas das(os) psicólogas(os) entrevistadas(os), a maior parte dos atendimentos dos serviços participantes da pesquisa são destinados a casos de violência conjugal (COSTA, SERAFIM, & NASCIMENTO, 2015; WAISELFISZ, 2015). Explorar, em campo, as intervenções cabíveis a esse fenômeno possibilitou ampliar o conhecimento sobre Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no município de Pelotas-RS. Percebeu-se, ainda, a relevância do(a) profissional de Psicologia para o enfrentamento da violência conjugal, cujo papel diz respeito às ressignificações das relações de gênero que perpassam as desigualdades sociais (HANADA, 2007; CFP, 2012).

Por fim, considera-se importante a realização de pesquisas que abranjam não só os serviços especializados de atendimento à mulher, mas todos que constituem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência no município de Pelotas, no intuito de melhor compreender a relação entre os serviços, o(a) profissional de psicologia e os demais profissionais. Trabalhos com esse têm a potência de contribuir com a qualificação do cuidado na medida em que pode identificar as potencialidades e as fragilidades da rede; os fluxos de encaminhamentos ideais ou falhas no atendimento à mulher; fatores que possam estar contribuindo para a não percepção da violência pelos profissionais dos serviços; e demais formas de manejo de trabalho dos(as) psicólogos(as) com as mulheres e os homens em situação de violência conjugal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. LEI N. 10.886, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”, 2004.

BRASIL. Norma técnica de padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMs. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Edição atualizada. 2010, 84p.

BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres. Brasília. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2011. 46p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Norma técnica de orientação profissional para casos de violência contra a mulher. 2016. 6p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência. 2012. 120p.

COSTA, M. S.; SERAFIM, M. L. F.; NASCIMENTO, A. R. S. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v.24, n.3, p. 551-558, 2015.

GOMES, R. N.; BALESTERO, G. S.; ROSA, L. C. F. Teorias da dominação masculina: uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória. **Libertas**, v.2, n.1, p. 11-34, 2016.

HANADA, H. Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Medicina Preventiva, Universidade de São Paulo. 2007

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** (18a ed.). Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, F. S. **O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica.** 2012. Monografia (Bacharelado em Psicologia) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília.. 2012

SOUZA, A. M. M.; PIRES, R. C. S.; SILVA, G. L. **A necessidade do profissional de psicologia na delegacia de defesa da mulher.** Lins, SP. 2009.

SOUZA, T. M. C.; SOUSA, Y. L. R. Políticas públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano. **Revista da SPAGESP**, v.16, n.2, p. 59-74, 2015.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** 1ª Edição. Brasília, DF, 2015.